



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research
Vol. 12, Issue, 06, pp. 56597-56604, June, 2022



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

A PSICOLOGIA FRENTE AS PROBLEMÁTICAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Elizete Fernandes Leite*¹, Dulcimara Carvalho Moraes², Daniela Ponciano Oliveira³, Luciana Delmuti Veraldi¹, Núbia Janaina Sherer¹, Daniela da Silva Faria Vieira⁴, Denir Martins Tristão Junior⁴ e San Lee Teixeira Sakai⁴

¹Psicóloga, Graduada em Psicologia pela Universidade de Gurupi; ²Psicóloga, Professora Mestre do Departamento de Psicologia da Universidade de Gurupi; ³Docente do Departamento de Psicologia da Universidade de Gurupi, Acadêmica de mestrado pela Universidade Federal do Pará; ⁴Discentes do curso de Psicologia da Universidade de Gurupi

ARTICLE INFO

Article History:

Received 11th March, 2022
Received in revised form
20th April, 2022
Accepted 06th May, 2022
Published online 22nd June, 2022

Key Words:

Diagnóstico,
Intervenção,
Desenvolvimento,
Estímulos. Infantil.

*Corresponding author:
Elizete Fernandes Leite

ABSTRACT

Objective: To analyze the repercussions of the Professional Burnout Syndrome on nurses in the hospital network in the context of the COVID-19 pandemic. **Methodology:** This is an integrative review, carried out in September 2021. The search was carried out through the Portal of Periodicals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel and the Virtual Health Library, which cover the main databases and their publications on health-related topics. 1,010 articles were found on the CAPES platform, and 259 on the VHL, totaling 1,269 articles, and after analysis following the fundamental instructions of Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta Analyses, ten articles were included in the review, published in the National Library of Medicine National Institutes of Health and Scientific Electronic Library Online. **Results:** The studies reveal a series of repercussions that SEP generates on nurses in the hospital network in the context of the COVID-19 pandemic, which were separated into four categories: 1- Physical repercussions; 2- Psychological repercussions; 3- Repercussions on nursing care; 4- Social repercussions. **Conclusion:** The present study contributes to the provision of information that can be used in the training process of the team and managers, in the identification of possible effects caused by the SEP. Thus, it is possible to establish coping measures in this illness process, in order to avoid further damage to this worker.

Copyright © 2022, Elizete Fernandes Leite et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Elizete Fernandes Leite, Dulcimara Carvalho Moraes, Daniela Ponciano Oliveira and Luciana Delmuti Veraldi. "A Psicologia frente as problemáticas no Desenvolvimento Infantil", *International Journal of Development Research*, 12, (06), 56597-56604.

INTRODUCTION

Uma das fases mais importantes do ser humano é a infância. Caracterizada pelas idades que vão desde o 0 aos 14 anos, a infância é a fase inicial que tem as principais transformações fisiológicas, psíquicas e sociais do indivíduo. Portanto, entender os desdobramentos que essa fase possui tem sido pauta de inúmeros estudos científicos ao longo do tempo. Nesse ponto, analisar o desenvolvimento infantil é de extrema importância, motivo pelo qual esse estudo se desdobra. O desenvolvimento infantil envolve o desenvolvimento físico, a maturação do sistema nervoso, comportamental, sensorial, cognitivo e de linguagem, bem como as relações sociais e emocionais. Abrange todos os aspectos da aprendizagem e funções cognitivas que apresentam capacidades progressivas na realização de tarefas cada vez mais complexas (PEREIRA, 2011).

O ser humano nasce totalmente dependente dos outros e tem acesso a recursos para poder escolher o que precisa e decidir como buscar. Desde a gravidez, o bebê é afetado pela família. Portanto, o ambiente familiar é muito importante para o desenvolvimento inicial da humanidade (AGUIAR, 2014). Frente a esse cenário, é importante compreender o desenvolvimento normal da criança em todos os seus aspectos, incluindo as influências ambientais, além de detectar possíveis alterações no desenvolvimento, auxiliando no cuidado integral. Os esforços de promoção da saúde se afastam da doença e se concentram nos pontos fortes da família e em como os profissionais de saúde podem ajudá-los a melhorar o potencial de seus filhos. As atividades de promoção da saúde infantil enfocam o bem-estar e a vigilância da saúde (HAGA; SHAW; DUNCAN, 2017). Diante disto, esta pesquisa visou trabalhar com a seguinte problemática: qual a importância do psicólogo compreender o desenvolvimento infantil para que problemáticas sejam identificadas de modo mais eficaz?

Tendo em vista que o desenvolvimento infantil ocorre de forma diferente do adulto, é de suma importância que o profissional da psicologia conheça suas especificidades para uma identificação de crianças que apresentam problemas no desenvolvimento e, assim, possam ser encaminhadas para programas que lhes sejam recomendados. Essa pesquisa se justificou pela relevância da atuação do psicólogo para a identificação das problemáticas no desenvolvimento infantil para que assim as medidas necessárias sejam tomadas. É preciso que estes profissionais tenham um vasto conhecimento a respeito do processo de maturação humano, entendendo todos os seus aspectos qualitativos, clínicos e as psicopatologias que podem estar presentes. Assim, a realização de uma avaliação psicológica inclui um entendimento fundamentado dos conceitos e pressupostos teóricos da psicologia. Assim, essa pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho feito pelos profissionais de Psicologia diante das problemáticas encontradas no desenvolvimento infantil. Busca-se compreender qual o papel que esse profissional possui nesse contexto e avaliar quais as medidas que podem ser feitas por ele nas melhorias dos problemas encontrados no processo de desenvolvimento infantil.

REVISÃO DE LITERATURA

Aspectos Gerais do Desenvolvimento Infantil: O desenvolvimento infantil é um dos grandes temas debatidos na área educacional, política, social e psicológica. Isso se dá porque é nessa fase inicial que o ser humano sofre as principais mudanças físicas, sociais e intelectuais. Portanto, analisar o processo de desenvolvimento infantil se torna necessário para que se identifique quaisquer problemas ou obstáculos. Como bem cita Santos *et al.* (2019) crescer e se desenvolver são processos que ocorrem em conjunto e devem sempre ser estudados e observados pela família e pela sociedade como um todo, para que esse processo não seja prejudicial nas fases seguintes do ser humano. Um dos mais renomados autores que discute sobre o desenvolvimento infantil, Bronfenbrenner (2011), explica que o desenvolvimento humano tem quatro componentes: pessoa, processo, contexto e tempo. As características da pessoa, tais como genética, fisiologia, gênero, temperamento, nível de atividade, entre outras, se relacionam com o contexto proximal de desenvolvimento humano, representado por cuidadores familiares, em especial os pais e os professores no ambiente educacional. Para explicar melhor esses componentes, tem-se:

Processo: explícito em todo o conceito, ao enfatizar a importância do cuidado voltado às necessidades de desenvolvimento e relacionado a interações, vínculos, afeto, ressaltando a importância das experiências da criança.

Contexto: todos os níveis do contexto são considerados fundamentais, pois determinam as experiências vividas pela criança e o cuidado que ela recebe; compreendem a família e outros ambientes que irão compartilhar este cuidado e experiências.

Pessoa: o desenvolvimento é um processo único de cada criança, de continuidade e mudanças das habilidades motoras, cognitivas, psicossociais e de linguagem, e das características biopsicológicas, herdadas geneticamente.

Tempo: a definição apresenta resultados de pesquisas da neurociência e pesquisas contemporâneas que fundamentam o desenvolvimento infantil como parte fundamental do desenvolvimento humano, destacando o período pré-natal e os primeiros anos de vida como alicerce deste processo. A definição do conceito reflete a ciência atual.

(BRONFENBRENNER, 2011, p. 24)

Souza e Veríssimo (2015) entendem que o Desenvolvimento Infantil (DI) é parte fundamental do desenvolvimento humano, destacando-se que, nos primeiros anos, é moldada a arquitetura cerebral, a partir da interação entre herança genética e influências do meio em que a criança vive. É um processo único de cada criança que tem como

finalidade sua inserção na sociedade em que vive. É expresso por continuidade e mudanças nas habilidades motoras, cognitivas, psicossociais e de linguagem, com aquisições progressivamente mais complexas nas funções da vida diária. O período pré-natal e os primeiros anos de vida são o alicerce deste processo, que decorre da interação de características biopsicológicas, herdadas geneticamente, e experiências oferecidas pelo meio ambiente. As experiências são constituídas pelo cuidado que a criança recebe e pelas oportunidades que ela tem para exercitar ativamente suas habilidades. O cuidado voltado às necessidades de desenvolvimento possibilita à criança alcançar todo o seu potencial em cada fase do seu desenvolvimento, com repercussões positivas na sua vida adulta (SOUZA; VERÍSSIMO, 2015). Nesse contexto é importante citar a Teoria Bioecológica, que concebe o desenvolvimento infantil ocorrendo em diferentes sistemas interrelacionados, a saber: microsistema (onde ocorrem as relações proximais realizadas face a face); mesossistema (envolve as interações entre dois ou mais contextos nos quais a criança participa ativamente); exossistema (a criança pode não ter relação direta com determinado contexto, mas eventos que ocorram nesse ambiente podem afetar indiretamente seu ambiente); e macrossistema (engloba todos os outros contextos ambientais, estabelecendo interconexões complexas) (LINHARES; ENUMO, 2020).

Para fins desse estudo, é importante relacionar o desenvolvimento infantil na perspectiva da família, da escola e da sociedade. O contexto familiar consiste no primeiro microsistema em que se constroem as interações proximais face a face significativas entre os cuidadores principais e as crianças em desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 2011). Nesse micro contexto, os pais desenvolvem a função parental de cuidar e educar as crianças, conduzindo-as até a maturidade para atingir sua autonomia, independência e comportamento adaptativo. De acordo com Souza (2014), a parentalidade representa o cuidado parental que inclui aspectos físico, emocional e social que visam atingir desenvolvimento saudável das crianças. Os pais precisam ter comportamentos e atitudes promotores de segurança e autonomia das crianças, a fim de desenvolver a capacidade de tomar decisões, assim como assegurar o desenvolvimento de habilidades sociais. A parentalidade positiva promove o cuidado físico (alimentação, higiene, vestuário para proteger), emocional (comportamento parental para promover apego, segurança e autonomia para tomadas de decisão) e social (estimulação das relações interpessoais ampliadas). No micro contexto familiar, as figuras parentais são centrais no desenvolvimento da criança, especialmente na primeira infância (zero a seis anos), para se atingir o desenvolvimento saudável e adaptativo de um indivíduo. É nesse período que os pais atuam como correguladores e modelos de como lidar com as demandas e eventos estressores que ocorrem durante a infância e adolescência (SOUZA, 2014). Segundo Barroso e Machado (2015) os cuidados parentais de suporte às crianças para o desenvolvimento e aprendizagem em sua trajetória, caracterizado por afetividade, reciprocidade, responsividade, encorajamento, ensino e comunicação positiva, constitui-se na parentalidade positiva ou pró-desenvolvimento.

De todo modo, o crescimento e desenvolvimento é um importante indicador da qualidade de vida e da saúde infantil em razão da sua estreita relação com os aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais da população, ou seja, crianças submetidas às condições adequadas de saúde, alimentação e cuidados tendem a crescer e a desenvolver todo o seu potencial (GAIVA *et al.*, 2018). Neste sentido, o cuidado à saúde, à educação, ao lazer e outras garantias constitucionais da criança representa um campo prioritário no âmbito político, econômico, social e principalmente familiar. O cuidado da criança implica em atender às necessidades essenciais para o seu desenvolvimento (GAIVA *et al.*, 2018). Ocorre que para o desenvolvimento infantil tenha resultados positivos, é preciso que os aspectos da vida da criança também sejam saudáveis e equilibrados. Quando a família, a escola ou até mesmo a sociedade não se encontra nesse caminho, o impacto no desenvolvimento infantil é certo e inevitável. Sobre essa questão, apresenta-se o tópico seguinte.

A Família e a escola no desenvolvimento infantil: No desenvolvimento infantil, os laços familiares, o espaço educacional e as relações sociais são fatores determinantes para que o desenvolvimento seja positivo para a criança. Do mesmo modo, caso esses fatores não forem positivos, o desenvolvimento da criança fica seriamente comprometido. Nos estudos já publicados, muitos são as situações e problemáticas encontradas no meio familiar, educacional e social que acaba por gerar prejuízos no desenvolvimento infantil. *A priori*, encontra-se a família. Em termos conceituais, família pode ser entendida como um agrupamento de pessoas que estejam ligadas por um vínculo jurídico ou familiar. De acordo com Venosa (2014, p. 26) é as que “vivem sob um mesmo teto, sob a autoridade de um titular”. Com esse conceito inicial, pode-se observar que a família é acima de tudo um grupo de pessoas ligadas entre si, mantendo assim um vínculo. Pode-se correlacionar que a família é também a fonte natural da sociedade, pois é através dela que o indivíduo se relaciona com o próximo e difunde-se com os outros grupos familiares, criando assim uma comunidade (VENOSA, 2014).

Tanto o direito dos pais quanto os dos filhos estão ligados juridicamente. Um é o complemento do outro, não podendo, portanto, ser divisível. Com o passar dos anos, o menor passou a ter direitos. Esses direitos estão resguardados através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), implantado pela Lei Federal nº 8.069 de 1990 em conformidade com o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e a Convenção dos Direitos das Crianças. A partir da Constituição de 1988 e do ECA, as crianças brasileiras, sem distinção de raça, classe social ou qualquer outra forma de discriminação ou segregação, passaram de objetos a sujeitos de direitos, como por exemplo à saúde, o lazer, a educação, etc. Desta forma, a criança e o adolescente têm resguardados os seus direitos e assegurados a sua proteção na formulação de políticas públicas. Dentre os direitos, para fins desse estudo, encontra-se o afeto. A afeição é o principal laço que liga os indivíduos, configurando o conceito atual de família, no entanto, os laços consanguíneos e de afinidade, também são fonte dessa formação familiar.

Em sua definição, entende-se o afeto como um conjunto de fenômenos psíquicos que são demonstrados por meio de emoções e sentimentos, seguidos por ações humanas que tencionam mostrar esses sentimentos (CEGALLA, 2015). Vários estudos apontam a importância do afeto no desenvolvimento humano. E as práticas afetivas são ainda mais importantes nos primeiros anos, ou seja, na fase infantil. É notório observar, como mostram os estudos, que desde a infância, a autoestima é reforçada, por exemplo, pela afetividade, haja vista que uma criança que recebe afeto se desenvolve com muito mais segurança e determinação (CEGALLA, 2015). Como descreve Pereira (2017) não se precisa de muitas ações para que o afeto seja efetivo numa criança. Dispondo de meros minutos com a criança, no banho, no colo ofertado diante de uma situação de medo, o elogio sincero e preciso, uma risada bem humorada numa situação tensa, são atitudes extremamente importantes para que haja uma maior interação entre pais e filhos.

É assim, por meio de gestos cotidianos e aparentemente desprezíveis, que os pais podem colocar em prática um consenso firmado pela neurociência: “o afeto oferecido à criança nos seus primeiros anos de vida moldará sua personalidade e servirá como efeito protetor contra doenças como a ansiedade e a depressão” (PEREIRA, 2017, p. 02). Nota-se, portanto que o afeto se inicia dentro do núcleo familiar. A família representa a base de todo indivíduo e interfere consideravelmente no seu desenvolvimento, sendo que o afeto, é a principal característica que define o que seja uma família, ou seja, é o principal propagador desse desenvolvimento. Segundo acentua Reginatto (2018, p. 03) “nada pode suprir ou substituir o amor e a atenção familiar. Um indivíduo pode até encontrar alternativas que amenizam a carência provocada pela ausência de uma família, mas certamente não a substituirá”.

A falta de afeto traz péssimas consequências não somente para o indivíduo, mas também para a sociedade. Segundo Tiba (2016, p. 50) afirma que a desconsideração “emocional praticada por pais e

cuidadores em relação às crianças deixa marcas nos circuitos neuronais e no futuro, essas cicatrizes podem contribuir para o surgimento de sérios distúrbios afetivos”. Além dos efeitos na área cerebral, pode-se afirmar que crianças que não desfrutaram de vínculos afetivos sólidos terão maior tendência à agressividade e ao desenvolvimento de doenças psiquiátricas (depressão, por exemplo) e tendência a comportamentos agressivos e destrutivos (REGINATTO, 2018). Para além da falta de afeto, em determinados ambientes familiares, estão presentes múltiplos fatores de risco que ameaçam o desenvolvimento saudável e adaptativo das crianças, tais como: falta de estimulação adequada ao nível de desenvolvimento; violência, maus tratos, negligência e conflitos, práticas parentais com disciplina abusiva e coercitiva, desnutrição, baixa escolaridade, desemprego e instabilidade financeira, alta densidade habitacional no lar, problemas de saúde mental dos pais, entre outros. Nesse sentido, esses ambientes familiares em condições adversas permeados por fatores de risco são caracterizados como um “micro contexto caótico”, de acordo com a Teoria do Caos no desenvolvimento, que são contextos em que as crianças vivem em ambiente barulhento, com alta densidade habitacional e com falta de estrutura e regularidade temporal e física (GAIVA *et al.* 2018).

Embora o contexto caótico seja altamente correlacionado com o baixo nível socioeconômico familiar, o impacto negativo do caos no desenvolvimento humano pode ocorrer independentemente do fator nível socioeconômico, portanto, podendo afetar diversas camadas sociais (GAIVA *et al.*, 2018). Nos dizeres de Linhares e Enumo (2020) a perspectiva do caos no ambiente familiar ressalta a atividade frenética, a falta de estrutura (pouca regularidade, rotinas ou rituais e nada tem hora e lugar), previsão e controle e o alto nível de estimulação, sendo que existe um impacto diferencial nas crianças dependendo da interação com características delas. No caos, existe a escassez crônica de recursos, a inabilidade de ajustar a rotinas da família aos recursos disponíveis, conflito continuado. Paralelamente, encontra-se a escola, que é um segundo microsistema essencial ao desenvolvimento e aprendizagem. Nos centros de ensino, as crianças participam do processo de aprendizagem formal, além da necessária socialização com os pares. Soma-se a isso, que é na escola as crianças adquirem aprendizados significativos para o seu desenvolvimento humano, tais como: experiências lúdicas compartilhadas, que implica em interações proximais face a face; cooperação; convivência com as diferenças; compartilhamento de decisões; enfrentamento de desafios; negociação de conflitos; adiamento de gratificações; espera da sua vez; exercício controle de impulsos; entre outras habilidades (LINHARES; ENUMO, 2020). Quaisquer problemas advindos do seio familiar e escolar pode representar um quadro alarmante para o desenvolvimento infantil. Para Cardoso e Lima (2019) a literatura científica apresenta diversos estudos que demonstram que os prejuízos decorrentes dos atrasos no desenvolvimento infantil são, em sua maioria, futuras preocupações sociais, pois ele está relacionado com a posterior evasão escolar, gravidez na adolescência e delitos juvenis, portanto, um ambiente inibidor, inadequado ou pouco estimulante poderá ocasionar repercussões negativas no neurodesenvolvimento da criança.

Identificação das Problemáticas no Desenvolvimento Infantil: Segundo Bee (2000), existe uma linha tênue entre o que está acontecendo de forma incomum, e alguns problemas considerados fora da média geral podem fazer parte do desenvolvimento “normal” em determinados estágios. Além disso, deve-se atentar para os ritmos e peculiaridades dos sujeitos, reconhecendo que o desenvolvimento pode ser visto como patológico em alguns aspectos e em outros não. Por exemplo, uma criança pode ter dificuldade para andar, mas do ponto de vista afetivo e cognitivo, isso é o esperado em sua faixa etária. O monitoramento sistemático do crescimento e desenvolvimento de uma criança pode demonstrar saúde ou detectar problemas ou dificuldades, permitindo intervenções específicas, se necessário. Existem muitos fatores de risco e alterações físicas que sinalizam possíveis problemas de desenvolvimento para uma criança e merecem atenção especial dos pais e/ou responsáveis e profissionais de saúde. Os mais comuns são aqueles registrados na segunda parte do Manual de Saúde do Bebê, como prematuridade, baixo peso ao

nascer ou alterações fenotípicas. Além disso, as informações fornecidas pelos pais e / ou responsáveis também devem ser levadas em consideração (BRASIL, 2012). A literatura aponta a importância do reconhecimento precoce dos sinais de atraso no desenvolvimento infantil (SIGOLO; AIELLO, 2011). Desvios no modelo de desenvolvimento esperado indicam que coisas inadequadas estão acontecendo, mesmo que os pais ou responsáveis não estejam cientes do problema. Quanto mais cedo uma criança for diagnosticada, menos danos para a criança (SANTOS *et al.*, 2010). Uma população com fator de risco biológico é aquela com circunstâncias ou fatores que assumem alta probabilidade estatística de determinada deficiência. Alguns desses fatores incluem: prematuridade; baixo peso ao nascer; pontuação de Apgar menor que quatro em cinco minutos; mães com alcoolismo ou dependência de drogas; falha no crescimento intrauterino; asfixia perinatal; hemorragia periventricular, leucomalácia periventricular, displasia bronco pulmonar; distúrbios bioquímicos do sangue; malformações congênitas, infecções congênitas ou perinatais; entre outros (ALARCON *et al.*, 2016).

O risco social está diretamente relacionado à pobreza devido às condições sociais inadequadas e à falta ou incerteza de políticas de ação preventiva primária em saúde pública (ARIZCUN-PINEDA, 2002). Elisaga *et al.*, (1992) argumentam que esses casos raramente chegam aos centros hospitalares e têm pouca representação nas estatísticas, mas podem ser descobertos por meio de investigações diretas em alguns coletivos suburbanos e rurais. O risco familiar/ambiental corresponderia a uma relação inadequada entre pais e filhos. Está comprovado que a quebra do vínculo familiar, principalmente no primeiro ano de vida, causa atraso no desenvolvimento neurológico e motor da criança. As situações de risco ambiental podem afetar o desenvolvimento da criança de várias maneiras: influenciando o estado nutricional, higiene, vacinação, falta ou alteração de estímulos cognitivos, emocionais e de desenvolvimento social (CUNHA; LEITE; ALMEIDA, 2015). Falta, inadequação, incluindo sobrecarga de estimulação nos primeiros anos de vida da criança, limita o ritmo natural do processo evolutivo da criança e também aumenta a distância dos padrões de desenvolvimento físico, sensorial, motor, socioafetivo, percepção cognitiva e linguagem (BRASIL, 2016). Diante do exposto, fica evidente que existem problemáticas que afetam diretamente o desenvolvimento infantil. Nessa situação, uma equipe multidisciplinar pode auxiliar no processo de solução e melhoria da condição da criança. Dentre os membros dessa equipe, encontra-se o profissional de Psicologia, que por meio do seu trabalho pode avaliar e diagnosticar eventuais problemáticas que prejudicam o desenvolvimento infantil. A respeito do seu trabalho, discute-se mais adiante.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, descritiva que foi realizada no período de fevereiro a abril de 2022. Foram utilizados bancos de dados presentes na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), consultas no Google Acadêmico, pesquisas em acervos literários da biblioteca da Universidade de Gurupi - UnirG, consultas no Portal Regional da BSV – Informações e Conhecimento para a Saúde, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) especializados na publicação de artigos e etc., todos de domínio gratuito, tendo como palavras-chave: “Desenvolvimento Infantil”, “Psicologia”, “Problemáticas no Desenvolvimento Infantil” e “Intervenção”. Foram feitas as seguintes combinações, a fim de encontrar o maior número de dados possíveis e ressalta-se o uso da técnica de busca booleana “and”: desenvolvimento infantil AND intervenção psicológica; desenvolvimento infantil AND problemáticas; desenvolvimento infantil AND escola e família. Os critérios de inclusão e exclusão para a produção do trabalho se encontraram relacionados aos períodos datados das produções literárias, que foram utilizadas desde 2015 a 2021, ou seja, nos últimos 07 anos. No entanto, alguns extremos literários quanto ao ano de publicação foram utilizados em vista da importância desses acervos referente ao tema em questão. Excluídos

os trabalhos que não se referiam ao tema proposto, restaram após a coleta, 18 artigos verificados.

RESULTADOS

Os dados coletados por esse estudo se referem a atuação do psicólogo para a identificação das problemáticas no desenvolvimento infantil. Para melhor entendimento sobre os resultados encontrados, apresenta-se o Quadro 1; a saber:

Com base nos resultados encontrados, os estudos apontaram para o entendimento de que o trabalho desenvolvido pelo psicólogo perante as dificuldades encontradas no desenvolvimento infantil é de suma importância, principalmente quando estão inseridos a família e a escola. A respeito do seu papel, discute-se o tema a seguir.

DISCUSSÃO

Quando uma criança apresenta sinais de desequilíbrio ou instabilidade emocional, é de suma importância que haja um acompanhamento de uma equipe multidisciplinar na busca por encontrar as causas dos problemas, tratamento adequado e demais preposições. A título de exemplo, Bastos e Machado (2019) citam que determinadas condutas são mais comuns para o encaminhamento ao psicólogo, tais como a ansiedade, insegurança e medo; depressão e tristeza; agressividade e problemas escolares; dificuldades nas relações interpessoais e problemas de comportamento; falta de atenção, dentre outros. Para fins desse estudo, destina-se em detalhar somente o trabalho do psicólogo nesse contexto. Segundo explica Gonçalves (2018) crianças que apresentem quadros de distúrbios psicológicos ou outra conduta desequilibrante deve ser encaminhada para um tratamento psicológico, que no caso é a psicoterapia infantil. É esse profissional o mais habilitado a enfrentar esses casos, porque será por meio do seu trabalho que se buscará identificar as razões dos problemas apresentados e possíveis medidas de solução. Soares e Mendes (2017) enaltecem que os psicólogos estão capacitados para compreender a mente e os processos mentais do comportamento humano, assim representam um grande passo na resolução de casos controversos como os de infração infantil, que são resultados de ambientes instáveis.

No estudo de Delchiaro *et al.* (2017) mostrou que as fontes de encaminhamento para a psicoterapia infantil são em sua grande maioria oriundas da escola (63,5%), seguidas pelas famílias (10,4%), os serviços médicos e comunitários (9,4%) e os pediatras (9%). Vasconcellos, Ferreira e Simões (2020) ao discorrerem sobre o motivo para o encaminhamento de crianças para a psicoterapia, avaliaram que os sintomas apresentados pela criança como resultantes de conflitos familiares, configurando-se como sintoma familiar e não infantil. Para esse autor, os sintomas escolares são uma reação de oposição ao desejo dos pais, caracterizando-se como um esforço da criança no sentido de diferenciar-se dos pais. Por essa perspectiva, sintomas de agressividade e hiperatividade, por exemplo, podem ser compreendidos como um reflexo da tentativa frustrada de mães que acreditam que a boa mãe não impõe limites ao filho. Skitnevsky *et al.* (2019) entendem que o excesso de falhas ambientais (ambiente familiar e escolar principalmente) traz consequências para o psiquismo e desenvolvimento da criança, gerando assim a necessidade de ajuda psicológica. No caso do tratamento é importante salientar que o encaminhamento ao profissional de Psicologia deve ser bem analisado. Nesse ponto, Silva e Cunha (2022) ressalta a necessidade de triagem para a avaliação da demanda de atendimento psicológico por meio de instrumentos que considerem os princípios normativos de desenvolvimento, os fatores culturais, a linguagem, e as necessidades especiais das crianças com problemas de saúde mental, uma vez que a interpretação do sintoma que desconsidere o contexto em que se produz um diagnóstico pode levar a equívocos.

Quadro 1. Artigos analisados na revisão bibliográfica sobre a temática

| TÍTULO | AUTORES (ANO) | TIPO DE ESTUDO | OBJETIVO |
|--|---------------------------------------|-----------------------------------|--|
| Observação e escuta: recursos metodológicos de investigação em psicologia no âmbito da saúde materno-infantil | ARPINI <i>et al.</i> (2018) | Revisão da Literatura | Apresentar uma caracterização teórico-metodológica da observação e da escuta clínicas como importantes recursos de investigação em um contexto de saúde pública na área materno-infantil. |
| Encontros e Desencontros no Processo de Encaminhamento Psicológico Infantil | AUTUORI (2018) | Revisão da Literatura | Investigar os sentidos do encaminhamento psicológico infantil, a fim de compreender os significados atribuídos ao sucesso ou fracasso da psicoterapia. |
| Psicodiagnóstico na depressão infantil | BASTOS; MACHADO (2019) | Dissertação | Abranger a visão do Psicodiagnóstico dentro dos fatores e relevâncias da depressão infantil. |
| O psicólogo Escolar na Educação Infantil: uma proposta de intervenção psicossocial | COSTA <i>et al.</i> (2019) | Revisão sistemática da Literatura | Compartilhar uma experiência de intervenção psicossocial desenvolvida por estudantes e profissionais da psicologia escolar dentro de uma instituição municipal de Educação Infantil localizada em uma cidade do estado de São Paulo, por meio de um projeto intitulado Voo da Águia. |
| A psicologia do desenvolvimento infantil | DELCHIARO <i>et al.</i> (2017) | Revisão da Literatura | Analisar as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento para a Educação Infantil. |
| Psicologia do desenvolvimento da criança | GALLO; ALENCAR (2017) | Dissertação | Articular a teoria psicológica com a prática educativa de maneira reflexiva. |
| Evolução de queixas psicológicas e caracterização da clientela de um serviço-escola | GONÇALVES (2018) | Revisão de Literatura | Analisar o papel do psicólogos diante de queixas psicológicas e a sua caracterização da clientela em um serviço-escola. |
| Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil | LINHARES; ENUMO (2020) | Revisão da Literatura | Abordar aspectos conceituais da Teoria do Caos no desenvolvimento e do estresse tóxico, associados aos conceitos de autorregulação e enfrentamento do estresse (<i>coping</i>), visando subsidiar reflexões, do ponto de vista psicológico, sobre os efeitos potenciais da condição da adversidade da pandemia no desenvolvimento das crianças e na parentalidade. |
| A importância do trabalho de um psicólogo na primeira infância | MARTINS (2021) | Revisão sistemática da Literatura | Dimensionar o papel do psicólogo na primeira infância. |
| O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil | REIS; PRATA (2018) | Revisão de Literatura | Verificar quais prováveis causas da violência, os comportamentos e consequências que podem ser relacionados a ela, considerando principalmente os aspectos psicológicos do sujeito agressor e das vítimas. |
| A atuação do psicólogo escolar sobre o desenvolvimento infantil a partir do lúdico: uma revisão sistemática | SANTOS; TEIXEIRA (2019) | Revisão da Literatura | Compreender a atuação do psicólogo escolar na educação infantil durante o desenvolvimento utilizando a dimensão lúdica como facilitadora. |
| Contextualização da sexualidade e violência sexual infantil: o papel da psicologia mediante casos de suspeita de abuso | SILVA (2018) | Revisão da Literatura | Compreender as possibilidades de atuação e desafios encontrados pela psicologia na intervenção do profissional aos casos de abuso sexual, sobretudo no que diz respeito ao atendimento de crianças. |
| As vivências das crianças na Educação Infantil | SILVA; CUNHA (2022) | Revisão da Literatura | Identificar e analisar se as crianças da Educação Infantil são ouvidas e participam ativamente da construção das práticas pedagógicas a elas destinadas, bem como, compreender quais as percepções delas acerca das suas vivências no cotidiano escola. |
| Violência Infantil: atuação do psicólogo no processo de auxílio à criança | SILVA; MELO (2018) | Revisão da Literatura | Analisar publicações sobre a violência infantil e assinalar possibilidades de atuação do psicólogo diante dessa realidade. |
| Caracterização da clientela infantil e adolescente de um serviço-escola de Psicologia paranaense | SKITTNEVSKY (2019) | Revisão da Literatura | Levantar as características do público infantojuvenil que buscou atendimento na Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina entre os anos de 2015 e 2017. |
| A atuação do psicólogo com adolescentes infratores em medida socioeducativas | SOARES; MENDES (2017) | Revisão da Literatura | Detalhar as ações do psicólogo diante de crianças e adolescentes infratores. |
| O psicólogo na escola e com a escola: a parceria como forma de atuação promotora de mudanças | SOUZA <i>et al.</i> (2017) | Revisão da Literatura | Avaliar o trabalho do psicólogo na escola e com a escola, enfatizando a importância da parceria como forma de atuação promotora de mudanças. |
| Produção sobre educação infantil: sínteses, identificações de lacunas e contradições | VASCONCELLOS; FERREIRA; SIMÕES (2020) | Revisão da Literatura | Verificar a produção de pesquisas voltados para as áreas da Educação e Psicologia da Criança. |

Fonte: Criado pela autora (2022)

Ao tratar sobre o contato direto do profissional psicólogo no tratamento com a criança, Autuori (2018) explica que a fase inicial do atendimento é crucial para a formação de um vínculo de confiança do profissional com os pais e com a criança, o que garante a continuidade e o sucesso do tratamento. A autora afirma ainda que esta etapa costuma ser carregada de grande tensão emocional, visto que cada um dos envolvidos, sejam os pais, a criança, o psicólogo e o profissional que a encaminhou, têm suas próprias expectativas em relação ao sentido de encaminhamento e, conseqüentemente, ao tratamento que será proposto. Linhares e Enumo (2020) aduzem que as considerações dessa expectativas pelo psicólogo que recebe a criança contribui para o estabelecimento de um vínculo de cuidado e confiança que se estenderá aos procedimentos adotados na condução do caso. Contudo, se as demandas que subjazem às expectativas da família e da criança forem subjugadas ao saber do psicólogo que acolhe o caso, é provável que as necessidades da criança deixem de ser atendidas. No trabalho prático, Arpini *et al.* (2018) informam que a avaliação psicológica da criança feita pelo psicólogo pode ser feita de várias maneiras, sendo as mais usuais os testes, entrevistas, jogos ou brincadeiras. A observação e a escuta também são inseridas. Independente de qual abordagem a ser utilizada, o psicólogo deve ter cautela no contato inicial, buscando uma aproximação lenta e gradual com a criança, conquistando a sua confiança, para somente assim iniciar o tratamento.

Silva e Melo (2018) ressaltam que crianças vindas de famílias desestruturadas tendem a serem mais fechadas e mais tímidas, no contato inicial. Isso é reflexo muitas vezes do ambiente irregular ao qual estão expostas. Desse modo, o profissional deve ter uma aproximação mais tranquila e paciente com a criança, para que possa avaliar de forma mais profunda e direta. Para Reis e Prata (2018), o psicólogo deve acolher a criança e oferecê-la um ambiente seguro, para que esta perceba a atenção e a credibilidade deste profissional, e assim sinta-se à vontade para relatar seu caso. Uma criança bem acolhida e sentindo a confiança no profissional, poderá deixar transparecer seus reais sentimentos e detalhes vividos em sua experiência. Importante destacar que, na coleta dos estudos, todos destacaram o impacto do ambiente familiar para que crianças sejam encaminhadas ao tratamento psicoterápico. Diante disso, os pais e demais familiares são parte importante no tratamento. Como bem salientou Gonçalves (2018) a participação dos pais, ao longo do atendimento psicológico do filho, é determinante para o sucesso ou fracasso do tratamento. Corroborando com o autor supracitado, Silva (2018) resalta a importância da participação dos pais durante o processo de avaliação psicológica da criança não somente como meros informantes das suas dificuldades e de seu histórico, mas principalmente como colaboradores participativos nesse processo. Devido a importância que a família possui no tratamento psicológico da criança, o profissional responsável deve ter uma boa relação com os pais, devendo criar um vínculo mais próximo, pautado na confiança e no respeito. Gallo e Alencar (2017) diz que essa relação deve ser sempre baseada na confiança e na criação de um ambiente sempre respeitoso e de abertura. Quando identificados problemas oriundos da relação familiar, a abordagem psicológica deve ser mais ampla, uma vez que a criança deixa de ser o foco central, passando também aos pais. Martins (2021) ao discorrer sobre essa questão, afirma que ao entender que parte dos problemas e dificuldades encontradas na criança possuem influência direta dos pais, é importante que o profissional traga-os para o tratamento. Silva e Cunha (2022) mencionam que as modalidades de abordagem psicológica dos pais variam de acordo com a demanda identificada, tais como, orientação para os pais, encaminhamento da mãe, do pai ou de ambos para atendimento psicológico, ou acompanhamento dos pais, atendimentos cuja frequência pode ser desde mensal a semestral, sendo concomitante ao atendimento do filho. Para Silva e Melo (2018) o ideal seria um atendimento inicial individual com os pais, na maioria das vezes sendo realizado somente com a mãe e, posteriormente, uma avaliação com a criança, por meio de consultas terapêuticas livres ou na modalidade de psicodiagnóstico. Delchiara *et al.* (2017) salientam que o psicólogo deve estar atento às expectativas dos pais em relação ao atendimento psicológico, além de fazer a mediação entre os desejos dos pais e os desejos da criança.

Ao lidar com crianças vindas de contextos familiares desregulados, o psicólogo deve ter uma atenção redobrada, não apenas para identificar os efeitos que isso causa na criança, mas sobretudo, estabelecer medidas que podem melhorar o problema encontrado (GALLO; ALENCAR, 2017). Arpini *et al.* (2018) em seu estudo, enfatiza que o psicólogo durante o tratamento necessita de olhar a criança para além de si mesmo, ou seja, é preciso considerar o contexto familiar ao qual a criança está inserida. Verificar o ambiente familiar, a convivência com os pais e demais membros, a rotina, dentre outros pressupostos, são importantes de serem conhecidos pelo psicólogo, para que possa fazer um tratamento adequado e que obtenha sucesso. Soares e Mendes (2017) ao analisar o trabalho do psicólogo diante de crianças que sofreram violência, afirmam que a escuta da criança que pode ter sido vitimizada de violência requer uma boa capacidade e formação específica para a segura compreensão. Os autores sugerem, tendo como base os estudos de Mayer e Koller (2012), um trabalho denominado inserção ecológica no qual a criança e os fatos são considerados no seu contexto. Elas definem a inserção ecológica enquanto o acompanhamento da criança nos seus ambientes naturais (famílias, escolas, comunidades), devendo esse acompanhamento incluir observações, entrevistas, conversas informais e também a aplicação de instrumentos diversificados. Nesse cenário, cabe destacar que a desistência do tratamento é muito comum quando se lida com crianças no trabalho de Martins (2021), a autora explica que o abandono da psicoterapia infantil tende a ocorrer nos casos de crianças com menor de idade, com menor grau de escolaridade, do sexo masculino, com menor potencial intelectual, com pai e mães jovens, pai com menor grau de escolaridade, famílias com percepção menos favorável da criança, e família com dificuldade em manter uma frequência assídua. Na abordagem referente ao papel da escola nesse contexto, os estudos encontrados enfatizaram a importância do psicólogo estar inserido dentro da escola. Nos casos onde crianças estão inseridas em família desestruturadas, é afirmativo que elas são mais propensas a terem dificuldades de aprendizagem e de relacionamentos interpessoais. Aqui, o psicólogo atua na identificação desse problema e juntamente com a equipe da escola, pode-se buscar métodos que ajudem a sanar o problema (COSTA *et al.* 2019). Costa *et al.* (2019) no seu estudo, cita como exemplo, as crianças com pais presos. Para os autores, é preciso que haja políticas públicas para encontrar soluções a essa questão. No cenário educacional, a ausência de políticas públicas nesta temática traz prejuízo ao processo de desenvolvimento infantil, por não permitir que as crianças visitassem seus familiares de forma adequada. Destacou-se nessa pesquisa que a troca de informações entre a psicologia e a educação sobre a dinâmica familiar dessas crianças, pode proporcionar a abertura de um espaço de discussão na escola sobre o desenvolvimento de crianças que vivam em condições de risco, o que pode ser considerado como fator de proteção, na medida em que se busca pensar soluções adequadas em lidar com essa situação. Souza *et al.* (2017) citam que a equipe de psicologia pode atuar além do espaço escolar. *In casu*, essa equipe pode buscar identificar as possíveis redes de apoio que atendam crianças da escola, objetivando integrar os equipamentos públicos de proteção à criança e ao adolescente – Escola, Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social e o Posto de Saúde – por meio de encontros formais e informais. Por meios desses encontros pode-se discutir os casos de crianças que estejam em situação de risco, com a finalidade precípua de: (1) construir espaços de interlocução no trabalho em rede com outras instâncias que visassem a implementar as políticas de proteção à criança; (2) favorecer melhorias nas condições de vida e no desenvolvimento psicossocial das crianças envolvidas e de suas famílias. O psicólogo ao lidar com crianças com problemas escolares deve sobretudo, ter o auxílio da equipe multidisciplinar encontrado na escola, caso contrário pode comprometer o sucesso do tratamento. Santos e Teixeira (2019) ao abordar tal questão, afirma que o psicólogo não costuma fornecer um feedback sobre as conclusões de sua avaliação, nem sobre o seu plano de intervenção, aos demandantes do encaminhamento, sejam os pais ou a escola. Amparado pela questão do sigilo profissional, além do cuidado com a privacidade do paciente, o psicólogo acaba por se isolar e perder a oportunidade de discutir o caso com outros profissionais, inclusive, auxiliá-lo a atingir os seus objetivos terapêuticos.

Desta feita, é essencial que o psicólogo trabalhe juntamente com a equipe multidisciplinar da escola, como os professores, porque são esses profissionais que estão também inseridos no ambiente da criança, sendo importante fonte de informação, que certamente ajudará no seu trabalho (GALLO; ALENCAR, 2017). Diante do exposto, fica claro observar que o psicólogo possui papel fundamental no desenvolvimento infantil, principalmente quando nessa fase, a criança se encontra em situações de instabilidade familiar e escolar. Nessas condições, o trabalho do profissional de Psicologia se torna essencial, porque é por meio dele que será elaborado um plano de ação na busca por melhorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender o papel do psicólogo no desenvolvimento infantil diante de eventuais problemáticas. O que ficou claro, a priori, é que o desenvolvimento infantil não é um processo igual para todas as crianças. Em alguns casos, encontra-se crianças vindas de situação de enorme instabilidade familiar e social. Esse fato acaba por trazer, dentre vários problemas, dificuldades de aprendizagem e alternâncias de comportamento, o que prejudica o seu processo de aprendizagem. Nesse cenário, buscou-se coletar estudos que demonstrassem o papel do psicólogo nesse contexto e que medidas podem ser tomadas para que crianças que apresentem problemas no seu desenvolvimento possam ter uma vida equilibrada e saudável. O que ficou evidente no percorrer do estudo, é que o psicólogo no seu atendimento deve conhecer as especificidades de cada criança para uma identificação de problemas no desenvolvimento e, assim, possam ser encaminhadas para programas que lhes sejam recomendados. As fases de avaliação, diagnóstico e planejamento da intervenção caracterizam o problema em questão, as necessidades decorrentes e planejam o uso adequado dos recursos disponíveis. Para garantir condições favoráveis ao seu desenvolvimento, a intervenção inclui atividades dirigidas à criança, à sua família e ao meio ambiente. É preciso ter cautela ao lidar com crianças que tenham problemas familiares, sociais e na escola. Em casos mais graves, como por exemplo, crianças vítimas de abusos e de violência, a intervenção se faz necessária. A intervenção visa o máximo desenvolvimento do potencial psicofísico e social da criança, não se pretende acelerar este processo, mas sim ajudar a organizá-lo, reabilitá-lo ou permitir o seu desenvolvimento e os seus atrasos evolutivos. Nesse sentido, o trabalho psicológico de abordar ações que visem oferecer à criança uma melhor qualidade de vida, desenvolvendo e estimulando seu potencial por meio da exploração e socialização ambiental.

REFERÊNCIAS

- ARPINI, Dorian Mônica; ZANATTA, Edinara; PARABONI, Patrícia; RODRIGUES, Patrícia Matte; MARCHESAN, Rafaela Quintana. Observação e escuta: recursos metodológicos de investigação em psicologia no âmbito da saúde materno-infantil. *Contextos Clínicos*, 11(2):243-256, maio-agosto 2018.
- AUTUORI, Marina. Encontros e Desencontros no Processo de Encaminhamento Psicológico Infantil. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas-SP, 2018. 203p.
- BARROSO, R. G.; MACHADO, C. Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. In G. A. Pluciennik, M. C. Lazzari, & M. F. Chicaro (Orgs.), *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: parentalidade em foco* (pp.6-32). São Paulo: FMCSV, 2015.
- BASTOS, Elaine Marinho; MACHADO, Elenise Tenório de Medeiros. Psicodiagnóstico na depressão infantil. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências*. Icó-Ceará. v.2 n.1 p. 604 - 620. Jan-Abr, 2019.
- BRONFENBRENNER, U. Bioecologia do desenvolvimento humano. Tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed; 2011.
- CARDOSO, Kátia Virginia Viana; LIMA, Sarah Amaral. Intervenção psicomotora no desenvolvimento infantil: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde*, 32. 2019.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Dicionário escolar da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2015.
- COSTA, Adinete Sousa da; WEBER, Mara Aparecida; BECKMAN, Marcia Valeria Reis; GUZZO, Raquel Souza Lobo. O psicólogo Escolar na Educação Infantil: uma proposta de intervenção psicossocial. *Revista de Psicologia da IMED*, vol. 11, nº 1, págs. 233-247, 2019.
- DELCHIARO, Eliana Chivone Delchiario; GUMIERO, Jusmari Gumiero; SILVA, Jessica Monique; PARK, Soon Duk Kim; SOARES, Elizângela; SANTOS, Maria das Graças Martins do Nascimento. A psicologia do desenvolvimento infantil. REAe - *Revista de Estudos Aplicados em Educação*, v. 2, n. 4, jul./dez. 2017.
- GAIVA, Maria Aparecida Munhoz; MONTESCHIO, Caroline Aparecida Coutinho; MOREIRA, Mayrene Dias de Sousa; SALGE, Ana Karina Marques. Avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil na consulta de enfermagem. *av.enferm.* 2018, vol.36, n.1, pp.9-21.
- GALLO, Alex Eduardo; ALENCAR, Juliana da Silva Araújo. Psicologia do desenvolvimento da criança. Centro Universitário de Maringá. Maringá - PR, 2017. 233 p.
- GONÇALVES, Laura Fontes. Evolução de queixas psicológicas e caracterização da clientela de um serviço-escola. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2018.
- LINHARES, Maria Beatriz Martins; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. *Estudos de Psicologia (Campinas)*. 2020, v. 37, e200089.
- MARTINS, Yasmine. A importância do trabalho de um psicólogo na primeira infância. 2021. Disponível em: <<https://institutopensi.org.br/a-importancia-do-trabalho-de-um-psicologo-na-primeira-infancia/>>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- MAYER, L. R; KOLLER, S. H. Rede de apoio social representação mental das relações de apego de crianças vítimas de violência doméstica. *Violência Contra Crianças e Adolescentes. Teoria, pesquisa e prática*, 55-68. 2012.
- PEREIRA, Cilene. Primeira infância: a importância do afeto. 2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/primeira-infancia-importancia-do-afeto/>>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- REGINATTO, Raquel. A importância da afetividade no desenvolvimento e aprendizagem. *REI – Revista de Educação do IDEAU*. vol. 8. Nº 18. Jul./Dez. 2018.
- REIS, Deliane Martins; PRATA, Luana Cristina. O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. *Rev. Psicologia*.pt. vol. 7, nº 10. Jul/Ago. 2018.
- SANTOS, Andressa Michelle Marques; TEIXEIRA, Bruna dos Santos. A atuação do psicólogo escolar sobre o desenvolvimento infantil a partir do lúdico: uma revisão sistemática. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca de avaliação como pré-requisito para Conclusão de Curso da Graduação em Psicologia. Recife-PE, 2019.
- SANTOS, Gabrieli Santos dos; PIESZAK, Greice Machado; GOMES, Giovana Calcagno; BIAZUS, Camilla Baldicera; SILVA, Silvana de Oliveira. Contribuciones de la Primera Infancia Mejor para el crecimiento y desarrollo infantil en la percepción de las familias. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental*. 2019; 11(1): 67-3.
- SILVA, Jéssica Cristina Tiago da; MELO, Sara Cristina de Assunção. Violência Infantil: atuação do psicólogo no processo de auxílio à criança. *Psicologia E Saúde Em Debate*, 4(1), 61–84. 2018.
- SILVA, Marina Martins da. Contextualização da sexualidade e violência sexual infantil: o papel da psicologia mediante casos de suspeita de abuso. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 3, n. 6, p. 346 - 360, 12 set. 2018.
- SILVA, Náisa Afonso da; CUNHA, Myrtes Dias da. As vivências das crianças na Educação Infantil. *Brazilian Journal of Development, Curitiba*, v. 8, n. 3, p.16499-16510 mar., 2022.

- SOARES, Gabriela. R; MENDES, Daniela F. A atuação do psicólogo com adolescentes infratores em medida socioeducativas. *Psicologia e Saúde em Debate*. 2. (Ed Esp. 1)117-137. 2017.
- SOUZA, Juliana Martins. Desenvolvimento infantil: análise de conceito e revisão dos diagnósticos da NANDA-I [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; 2014.
- SOUZA, Juliana Martins de; VERÍSSIMO, Maria de Lá Ramalho. Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* 23 (6). Nov-Dec 2015.
- SOUZA, Vanda Letícia; PETRONI, Adriana; DUGNANI, Laura Assis; BARBOSA, Edna; ANDRADA, Paula Carvalho. O psicólogo na escola e com a escola: a parceria como forma de atuação promotora de mudanças. In R. S. L. Guzzo (Eds.). *Psicologia escolar: desafios e bastidores na Educação Pública*. (pp. 27-54). Campinas, SP: Alínea, 2017.
- SKITNEVSKY, Beatriz; TREVISAN, Felipe Montes; TSUJIGUCHI, Izabella; SEI, Máira Bonafê. Caracterização da clientela infantil e adolescente de um serviço-escola de Psicologia paranaense. *Revista de Psicologia da UNESP* 18(2), 2019.
- TIBA, I. Quem ama educa. São Paulo: Gente, 2016.
- VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos; FERREIRA, Manuela; SIMÕES, Patrícia Maria. Produção sobre educação infantil: sínteses, identificações de lacunas e contradições. *Educação*, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-3, set.-dez. 2020.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: direito de família*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
